

Software Livre na Administração Pública

Letícia Bicalho Silveira

Thiago de Carvalho Coelho

O uso de softwares livres aumentou muito com a globalização informacional, desenvolvimento tecnológico. O governo federal apresentou incentivos para favorecer o uso de softwares livres, impulsionando projetos de inclusão digital, e adotando os mesmos na administração pública. No artigo trabalharemos tal prática, focando na adoção dos softwares, para encontrar as principais vantagens e os principais motivos que levam gestores públicos a adotar os softwares livres.

Para o presente trabalho foi pesquisado o que é o software livre e qual a sua aplicação no governo brasileiro. Para tal, buscou-se conceituar o que é software livre, mostrar quais são suas vantagens e desvantagens e porque a administração pública opta por utilizá-lo em determinados setores.

Nesse sentido, o artigo é baseado em estudos já realizados e em outros artigos que explorem o tema, de modo que se pudesse ter uma visão geral de como são utilizados os softwares livres pelo governo. Com a ajuda de estudos, como o realizado pelo Instituto de Tecnologia da Informação, e pela Sociedade para Promoção da Excelência do Software Brasileiro, foi possível perceber como se dá o contexto gerencial e quais são os principais fatores da utilização dos softwares. Grande parte da literatura é resultante de trabalhos realizados de forma conjunta entre governo e toda a comunidade que apoia ou desenvolve esse tipo de softwares.

Para que se tenha um entendimento completo do que será tratado neste trabalho, é importante diferenciar o software livre do privado ou gratuito. Segundo a definição da Free Software Foundation, é aquele que pode ser usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído, sem restrições; como lembra Campos (2006) significa que qualquer pessoa “não tem que pedir ou pagar pela permissão, uma vez que esteja de posse do programa” para usufruir do programa e aprimorá-lo da maneira que quiser.

Um exemplo de licença criada é a chamada GNU GPL (GNU General Public License ou Licença Pública do GNU), nela constam os 4 pilares do software livre: liberdade de executar o programa, liberdade de estudar como o programa funciona, liberdade de redistribuir cópias e liberdade de aperfeiçoar o programa e distribuir esses aperfeiçoamentos para o público (Falcão et al, 2005). Tal licença presume que

haja *copyleft*, ou seja, a extensão contínua e obrigatória para essas quatro liberdades. (Campos, 2006).

A aplicação do software livre na gestão pública brasileira já vem acontecendo há alguns anos, como podemos ver no *web site* <http://www.softwarelivre.gov.br>, onde são mostrados exemplos de sucesso como a aplicação no Banco do Brasil, no Exército, e até mesmo na Embrapa. Desde 2003, quando foi instituído o Comitê Técnico de Implementação do Software Livre – CISL, subordinado ao Comitê Executivo do Governo Eletrônico, iniciou-se a implementação de novos sistemas operacionais nas diversas esferas do governo.

Para desenvolver uma análise acerca do uso dos softwares livres em prefeituras nacionais, a SOFTEX e o ITI (SOFTEX, 2005) elaboraram alguns pontos que podem ser determinantes na escolha da gestão. De forma genérica são apresentados a capacidade financeira, capacidade técnica, a capacidade de articulação e o grau de informatização. Os atributos que estão relacionados de forma direta com o software livre são a motivação e a demanda, o quanto o ambiente facilita (desde localização até relacionamentos e jogos de poder internos), imposições legais (que forçam a utilização). Além disso, o estudo avaliou qual o grau de utilização de software livre X software proprietário, e a forma de adoção voluntária X involuntária. Dentre os primeiros fatores aquele que se mostrou mais presente foi o grau de informatização de uma prefeitura, quanto mais informatizada, maior é a utilização de software livres.

O software livre, apesar de ter inúmeras vantagens que podem ser obtidas a partir do seu uso, possui algumas barreiras de aplicação. A captação de recursos e a colaboração entre as prefeituras para colocarem em prática os softwares é um empecilho para o sucesso do software. Os gestores públicos, muitas vezes tem de tomar decisões sobre qual tecnologia usar, o que leva à decisões equivocadas e recursos desperdiçados, devido à falta de conhecimento desses gestores acerca da tecnologia adequada. (SOFTEX, 2005)

Por outro lado, existem as oportunidades a serem alcançadas com o uso dos softwares livres. Como os recursos nas prefeituras são escassos, e segundo a , dependem de verbas, o uso desses softwares evita vários outros gastos com softwares. Reduzindo gastos e alavancando a economia dessas prefeituras, essa é uma grande oportunidade para reduzir custos. Além do aspecto econômico, o aspecto social tem que ser levado em conta. Afinal, informações serão passadas de maneira

mais rápida, eficiente e menos custosa para uma população carente em termos de conhecimento. (SOFTEX, 2005)

Os recursos não gastos com licenças de novos softwares podem ser destinados para melhorar o parque instalado e o desenvolvimento de outros aspectos tecnológicos para aumentar a inclusão digital, disponibilizando cultura e informação para a população. (SOFTEX, 2005).

Com isso, maior parte das pessoas poderá acessar um serviço que antes não podiam. Essa efetividade administrativa é alcançada com o uso do software livre.

CUSTOS E VANTAGENS

Em busca da minimização dos custos e melhor efetividade dos recursos disponíveis que está em questão hoje em dia, até mesmo as empresas públicas, que não visam o lucro, e sim visam prestar um serviço de qualidade ao contribuinte aderem ao software livre pelas vantagens de seu uso. Existem diversas motivações para o uso de softwares livres na Administração Pública, desde facilitar o acesso à tecnologia por famílias de baixa renda como minimizar custos administrativos.

CONCLUSÃO

O Software Livre pode auxiliar na melhoria da gestão da Administração Pública, servindo como base para fornecer conhecimento e cultura para a população carente, a minimização de custos administrativos e a efetividade gerencial. O software livre já vem sendo utilizado pelo Governo, mas pelas vantagens oferecidas por esse tipo de software, acredita-se que ele se difundirá nos próximos anos, tornando-se alvo de novos estudos e se tornando mais presente na vida da Administração Pública e conseqüentemente da população.

Bibliografia

SOFTWARE LIVRE no governo do Brasil. **Casos de Sucesso**. Disponível em: <<http://www.softwarelivre.gov.br/casos>> Acessado em 05 de Junho de 2011.

SOFTWARE LIVRE no governo do Brasil. **A Comunidade de Software Livre do Governo Federal**. Disponível em: <http://www.softwarelivre.gov.br/comunidade-no-governo>. Acessado em 05/06/2011.

CAMPOS, Augusto. **O que é software livre**. BR-Linux. Florianópolis, 2006. Disponível em <<http://br-linux.org/linux/faq-softwarelivre>>. Acessado em 05 de Junho de 2011

Softex. **O Software livre nas prefeituras brasileiras: novas alternativas para a informatização da administração pública**. Campinas: Softex, 2005. Disponível em: <http://www.intepp.com.br/intepp/imgsite/artigos/22.pdf>. Acessado em 05/06/2011.

FALCÃO et al. **Estudo sobre o software livre**. Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 2005. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2673/FGV-CTS%20-%20Software%20livre.pdf?sequence=1>. Acessado em 05/06/2011.